

## CONSTRUÇÃO DO ANUÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DE EXTREMA

Alessandro Marques de Oliveira<sup>1</sup>

Caio Simões de Souza<sup>2</sup>

Tiago José dos Santos<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho objetiva construir um Anuário Sócio-Econômico de Extrema (ASEEx) com o intuito de analisar a trajetória do crescimento econômico do Município de Extrema e tentar situar a economia extremense dentro do contexto da economia estadual e relacioná-la com a produção brasileira. Este artigo deriva de um Projeto de Iniciação Científica desenvolvido dentro do Núcleo de Estudos de Ciências Sociais Aplicada (NECSA) da Faculdade de Ciências Sociais Aplicada de Extrema (FAEX). Num segundo momento, o Anuário poderá auxiliar os agentes econômicos locais (consumidores, comerciantes, empresas e governo municipal) na tomada de decisões de planejamento, para que estejam de acordo com as oscilações do mercado, tanto regional quanto nacional. A abordagem foi realizada em duas etapas. Num primeiro momento o trabalho foi eminentemente descritivo, através da leitura e debate da formação da estrutura capitalista brasileira, pois sua finalidade é proporcionar uma visão panorâmica do crescimento extremense frente ao crescimento brasileiro e à economia estadual. E na segunda etapa, um trabalho de campo para a montagem de um banco de dados primário sobre as variações de preços, objetivando o cálculo da inflação do Município. Este indicador, que está em fase de execução, será conjugado com outros para compor a análise do Município.

**Palavras-chave:** Extrema; breve formação do capitalismo; anuário

### 1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, é preciso frisar que o desenvolvimento capitalista se dá de forma diferenciada em épocas distintas e em várias partes do mundo, com fases de crescimento

---

<sup>1</sup> Professor de Economia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicada de Extrema - FAEX

<sup>2</sup> Aluno do Curso de Administração de Empresas da FAEX

<sup>3</sup> Aluno do Curso de Tecnologia em Logística da FAEX

mais intenso em alguns setores e menos em outro. Além de graus distintos dos fatores utilizados no processo de produção, evidenciado na propagação da tecnologia que acaba traduzindo numa determinada conformação de estrutura industrial.

Conforme variados estudos dessa linha, pode-se diferenciar dois tipos de economias com características específicas: o primeiro são os países centrais, que apresentam um conjunto de economia industrializadas com formas diversificadas de produção, além de tecnologias difundidas de maneira mais homogênea. Para enfatizar, os EUA e o Japão são os únicos países que abrangem todos os segmentos da indústria de bens de capital, já os outros países buscaram se especializar num determinado ramo. O segundo conjunto abrange os países periféricos, que são integrados à economia primário-exportadora, abrangendo um circuito industrial muito especializado, que decorre de uma estrutura mais heterogênea.

É no segundo tipo que se insere a economia brasileira, apresentando os problemas clássicos de uma economia capitalista retardatária. Sempre teve no mercado externo o seu ponto de apoio - apesar de nas últimas décadas está mais dependente do dinamismo do seu mercado doméstico, em franca expansão - vendendo os produtos primários para acumular recurso financeiros que serão invertidos na compra de bens importados, quando deveriam ser acumulados para promover uma modernização das estruturas internas.

O presente trabalho procura apresentar um breve relato da formação do capitalismo e a inserção do Brasil. Num recorte menor, inserir o Município de Extrema e construir um Anuário Sócio-Econômico com algumas variáveis, para proceder numa análise sobre o desenvolvimento local.

## **2. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO E A INSERÇÃO DO BRASIL**

No século XIX, a Inglaterra reunia as condições necessárias para propiciar o surgimento da Revolução Industrial, como por exemplo, as matérias-primas necessárias para mover as máquinas (o carvão), em quantidade suficiente; a invenção da máquina a

vapor; o algodão (que era utilizado pelas indústrias têxteis); mão-de-obra para as incipientes indústrias dentre outros fatores. Assim, consolida-se na Inglaterra a Primeira Revolução Industrial, em torno de 1820 e 1830, que faz com que ela se torne o centro hegemônico do capitalismo na época.

Quando este processo se torna mais sólido, a Inglaterra decide então abrir para exportação de equipamentos, juntamente com o financiamento, para os países interessados em adquiri-los. Mas isso só ocorreu quando a Inglaterra passou a desenvolver novas técnicas, permanecendo na liderança do processo produtivo. O Brasil passou a importar essa tecnologia e todo o seu processo só no final do século XIX, entre as décadas de 1870 e 1880.

Este atraso ocorreu porque nossa mão-de-obra era constituída por escravos, ao longo do século XIX, que dificultava o surgimento e a continuidade de um processo produtivo diferenciado. Pois o trabalho escravo é relativamente menos produtivo que o trabalho de um homem livre, conforme enfatizava Karl Marx. Contamos com uma elite conservadora, que não tinha interesse com a implantação da industrialização e do progresso social. Ainda não tínhamos um Estado organizado para administrar, programar e planejar políticas que levassem em consideração a implantação e a consolidação do processo industrial.

Em meados de 1880, com a pressão das classes médias urbanas, foi promovida a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre, que passava a receber uma remuneração pelo trabalho executado. Começando nesse período o surgimento da industrialização no Brasil, baseado numa economia primária-exportadora. Mas, devido a muitos empecilhos, principalmente o baixo nível de capital, permitiu que o país implantasse apenas os principais setores da indústria leve de bens de consumo não duráveis, no período de 1880 a 1930.

É importante destacarmos também que o processo de urbanização já era significativo, em fins do século XIX e começo dos XX, que acabou provocando mudanças consideráveis no tocante a uma mão-de-obra mais qualificada e num padrão de consumo mais diferenciado, ensejando uma pressão no sentido de uma alavancagem do processo industrial. É percebido quando observamos alguns movimentos no início do século XX, como por exemplo, o surgimento de partidos políticos de esquerda, o

movimento dos operários, a Semana da Arte Moderna, dentre outros, que tentam resgatar a identidade nacional.

Este período de implantação da industrialização no Brasil esteve atrelado à economia primário-exportadora, determinando a demanda por bens de consumo, a constituição do mercado de trabalho e a capacidade de importar a maior parte dos bens de produção que necessitava. Dentro de um âmbito geral na década de 20, temos dois problemas importantes, que é a sobreinversão industrial e a impossibilidade de se concentrar capitais que pudessem ser direcionados para implantação de um setor industrial pesado.

A inserção do Brasil numa etapa mais avançada da Revolução Industrial, que é chamada de a Segunda Revolução Industrial, é ainda mais difícil. Nesta etapa, ocorre uma nova transformação no processo produtivo, devido ao aumento da utilização da tecnologia, propiciada por novas pesquisas da física e da química, do uso da energia elétrica e de outras inovações, que têm como principal característica a ocorrência do surgimento das grandes empresas, dos cartéis, dos oligopólios, que passam a demandar maiores quantidades de capital e a produzir em escalas também maiores. Além desses itens, devemos acrescentar dois outros que são de extrema importância para que esse processo fosse impulsionado, que é o capital bancário e financeiro e o papel do Estado estruturante, que passava a administrar e formular políticas que sustentavam o novo capitalismo, ou seja, um capitalismo mais revigorado.

O Brasil se inicia nessa corrida após 1930, ainda que de forma tímida, pois teve que contar com a participação do capital internacional. Essa participação aumentou quando foram resolvidas parte dos transtornos internacionais, como o caso da reconstrução do Japão e de alguns países europeus, devido à destruição pela Segunda Guerra Mundial e a questão geopolítica que envolvia a expansão do socialismo. Desta forma, os EUA, o Japão e outros puderam instalar e/ou financiar suas filiais aqui no Brasil.

Além disso, podemos destacar que o Estado brasileiro, na década de 30, já vinha sofrendo mudanças nas suas estruturas, que daí em diante passava a atuar de forma mais ativa na participação da modernização do país. Sendo de suma importância, a participação do capital estatal na implantação de alguns setores mais pesados da

industrialização, como exemplo a siderurgia e a metalurgia, cuidando também de toda a infraestrutura necessária para a instalação do parque industrial, como a rede de transporte, comunicação, energia e o apoio, através do BNDES, do crédito de longo prazo.

Com a forte presença do capital internacional nas indústrias de ponta e mais rentáveis, restou para o capital nacional, apenas a manutenção das indústrias de bens leves e alguns setores das indústrias de bens de capital. Desta forma, o controle e a formulação de políticas econômicas de cunho nacional e que privilegie a atuação no setor social estão abaixo do interesse particular de uma pequena elite burguesa, nacional e internacional.

O Brasil se insere de forma incipiente nessa Segunda Revolução Industrial, entre 1933 e 1955, estabelecendo um processo de industrialização restringida, que significa que o país já consolidou a instalação das indústrias de bens de consumo leves. Mas, de uma maneira parcial, quando se refere às indústrias intermediárias e de bens de produção, formando um complexo de instalações industriais que ainda não conseguem caminhar por si só. Numa fase posterior, que se deu entre 1968 e 1980, as implantações foram mais decisivas, completando a inserção do Brasil na Segunda Revolução Industrial, novamente, com um atraso de cem anos, em comparação com os países avançados.

Assim, podemos observar que a inserção do Brasil, na divisão internacional do trabalho se dá cada vez com maior dificuldade com o passar do tempo, e seu atraso é proporcionado, ora por questões externas, ora por questões internas, além de políticas econômicas que privilegiam o interesse da elite dominante.

Assumindo um “lugar” de país associado e dependente. Associado por causa da grande participação do capital internacional, conjugado com o capital estatal e nacional, no processo de implantação da industrialização do país. E se classificando como dependente pelo fato de sempre estar atrasado quanto ao padrão tecnológico, necessitando importar uma nova tecnologia quando decide modernizar um determinado setor do seu processo de produção. Outro fator que o torna dependente é a sua ligação com o exterior no que tange a busca de financiamento para a promoção do desenvolvimento de nossa economia. Com tudo isso, o Brasil se classifica como um

país de dimensão subdesenvolvida.

A alteração deste quadro é muito complexa, porque requer um dinamismo setorial, regional e global da economia nacional com vista a organizar um cenário onde predomine a competitividade de alguns de seus setores, preservando as estruturas atuais e das capacidades produtivas, tendo como ênfase a área social.

Atualmente, uma nova onda de transformação está tomando conta das relações de troca no âmbito internacional, regidas por um discurso neoliberal, que provocam modificações na reestruturação produtiva dos países centrais e que são transferidas para os países periféricos. Estas modificações são agravadas pela reconcentração do capital, que é provocado pela junção de grandes empresas, e que passam também a gerir as decisões mais significativas quanto a questões de produção, de financiamento, e outras. Assim, acontece uma transferência de ordem institucional, passando do setor público para o setor privado. Somando a isso, temos a formação de blocos de países que se unem para facilitar as transações comerciais, que acaba dificulta a penetração de países fora do conglomerado.

Conforme os trabalhos do Professor Cano, podemos atuar na formulação de um cenário organizado e defensivo. A questão, organizado, se refere a uma reformulação do papel estruturante do Estado, para que possa formular com mais consistência as políticas econômicas e sociais. Além dessa questão, outra importante é a coligação de vários setores da sociedade, onde sejam acordados os interesses específicos, regional e global, sendo que os seus interesses não sejam conflitantes. Já a questão defensiva se refere a uma forma mais controlada e séria de abrir o mercado nacional para enfrentar a competitividade internacional.

Essa abertura se daria de forma mais gradual e programada, sempre buscando uma complementaridade internacional, tendo por fim a predominância dos interesses da sociedade como um todo e não apenas de uma minoria nacional atrelada com os interesses de uma elite internacional. Essa iniciativa deverá ser sustentada por um Estado forte que cuide para que a soberania nacional seja mantida, assim como a estrutura produtiva interna e todas as suas ligações sociais. Isso com certeza será tarefa do Estado e não de interesses privados.

Podemos observar que a caminhada é dura e longa para tentarmos, pelos menos,

construir uma nação menos injusta e com oportunidade para todos, e assim, buscar a alteração do lugar ocupado pelo Brasil no contexto da divisão internacional do trabalho.

Acima descrevemos um breve panorama da formação do capitalismo e a inserção do Brasil para que saibamos como foi a nossa constituição e porque estamos com essa estrutura sócio-econômica. Diante disso, faremos a inserção do nosso município dentro desse contexto. Pois como dizia Carlos Drummond de Andrade, “o todo não é o todo sem a parte e a parte não é a parte sem o todo”. Isso para dizer que o local e o global se interagem e interligam no emaranhado que não se pode desfazer.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE EXTREMA**

A cidade de Extrema está localizada no extremo sul de Minas Gerais, ficando distante da cidade de São Paulo 90 km, que é o maior centro dinâmico da economia brasileira e da América do sul, a 140 km do porto de Santos, distando 90 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos. No Estado de Minas Gerais, a cidade dista 200 km de Varginha, o maior porto seco de MG, além de situar na margem da BR 381 (Rodovia Federal Fernão Dias).

Tendo uma população de 28.599 habitantes, a cidade é privilegiada pelas belezas naturais e clima favorável. Nos últimos anos Extrema vem se destacando pelo seu desenvolvimento industrial, o qual conta com 104 indústrias, de diversos segmentos, instaladas no Município.

Medidas de renda nacional muito comuns são o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB), largamente utilizados nas estatísticas oficiais da ONU. Esses indicadores servem para mostrar o nível da atividade econômica e, também, para orientações das políticas de gerenciamento econômico.

No tocante ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita - que é a distribuição da riqueza gerada no Município dividida por sua população - os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB per capita da cidade, em 2007, foi de R\$ 45,5 mil. O da capital mineira, Belo Horizonte, no mesmo período, foi de R\$ 15,8 mil.

Adriano Chaves, presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), diz que a cidade está situada em uma região privilegiada, pois está perto de São Paulo e de rodovias que ligam a outros centros importantes do Brasil. “O Estado está dividido em dez eixos com potencial para o desenvolvimento industrial e o sul mineiro vem se mostrando um dos principais pólos”.

#### **4. IMPORTÂNCIA DO ANUÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO**

A montagem de um Anuário com as principais variáveis Econômico-Sociais no município de Extrema tem como objetivo tentar compreender, com um pouco mais de clareza, a construção da nossa região e do Brasil, que se apresenta tão diversificada nos âmbitos social, político e econômico, através do cruzamento de dados colhidos e analisados na pesquisa com a leitura de obras consideradas referências (no original ou na releitura de autores com notável saber).

Através da construção do Anuário, num segundo momento, contribuir com os agentes econômicos (consumidores, empresas, comerciante e governo municipal) na tomada de decisões de planejamento, para que estejam de acordo com as oscilações do mercado, tanto regional quanto nacional. E desta forma, aproximando-se com mais eficiência no contexto da realidade. Assim, a qualidade das decisões será mais consistente.

Sobre os indicadores, é necessário apontarmos tanto os pontos que nos ajudam na análise como os que não expressam a realidade. Mas mesmo com falhas é importante verificarmos a atual situação do país através desses indicadores e de como o nosso município está inserido nele.

Segundo Moldau (1992), citado por BASTOS FILHO (1995), a Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza o Sistema de Contas Nacionais (SCN) para obter e analisar os indicadores de uma economia. Ultimamente, a ONU vem tentando elaborar um sistema de contabilidade nacional que agregue, também, as estatísticas sociais.

A contabilidade de Renda Nacional (RN) vale-se de indicadores macroeconômicos para quantificar as atividades econômicas (as variações que ocorrem de um ano para outro, os níveis de investimentos e poupança, o nível de produtividade



entre outros).

Uma das limitações que podem ser constatadas no uso desses macroindicadores é o fato de que é comum relacionar o aumento na renda nacional (aumento no PNB) com o desenvolvimento e mesmo com o aumento no nível de bem-estar social. Mas, na realidade, isso não se confirma. Se, por exemplo, ocorrer um alto crescimento da renda per capita, isso não significa uma melhoria no bem-estar social, pois pode vir acompanhada de uma maior concentração de renda. O mesmo se dá quando o nível de renda do país cresce, baseando-se na extração de seus recursos naturais, de forma predatória. Esses são apenas dois exemplos dentre os muitos que comprovam a falha dos macroindicadores econômicos convencionais em mostrar um crescimento real.

Muitos países têm adotado os agregados macroeconômicos do SCN, mas, não servem para representar, fielmente, o grau de bem-estar das pessoas. Segundo El Serafy & Lutz (1992), citado por BASTOS FILHO (1995, p. 25), afirmam: “ que o conceito de bem-estar possui um sentido bem mais amplo que uma simples medida monetária de renda, cobrindo diversos aspectos subjetivos que, muitas vezes, não são valoráveis monetariamente nem estão restritos ao espaço econômico em que ocorrem as transações de mercado.”

A ineficiência dos macroindicadores também se confirma quando se observa que a valoração do bem estar da sociedade está baseado no uso de bens públicos (incluindo-se aqui o meio ambiente) que não têm preço no mercado, mas tem grande utilidade social.

Dentro desse contexto, tem-se a ênfase dada por STAHEL (1998, p. 124): “O PIB apenas indica o fluxo de bens e serviços produzidos pela atividade humana, jamais o total de riquezas disponíveis. Essa distinção se torna ainda mais importante se considerarmos que o que caracteriza a produção humana é justamente uma série de externalidades negativas, cujo custo em termos de bem estar frequentemente suplanta o seu valor”.

Diante dessa discussão, surgem duas correntes de economistas: uma a favor e outra contra o aperfeiçoamento do SCN. Alguns reconhecem os defeitos do SCN, mas acreditam numa reforma, e outros não vêem a possibilidade do sistema ser melhorado (MUELLER, 1991). Mesmo assim, o PIB ainda é um indicador importante para nos

orientar no caminho do crescimento econômico local e global.

## 5. METODOLOGIA

Decidimos analisar cinco Macrovariáveis para compor o Anuário Sócio-Econômico de Extrema, que vamos abreviar de ASEEx. Essas macrovariáveis são: 1<sup>a</sup>) Inflação Municipal; 2<sup>a</sup>) PIB do Município de Extrema; 3<sup>a</sup>) Consumo; 4<sup>a</sup>) Desemprego e Mercado de Trabalho e 5<sup>a</sup>) Infraestrutura Municipal.

O trabalho foi dividido em duas fases distintas. Na primeira fase, que compreendeu de março a agosto de 2011, foram realizados ciclos de leituras e discussões acerca da formação do nosso país, sendo colocado em perspectiva as grandes questões, que no passado foram decisivas para a configuração da nação, além de artigos e textos atuais que descrevem o comportamento de diversos agentes, situações e acontecimentos que afetam a nós, acima de tudo, e tendências futuras. Conforme enfatizado por Ferreira Jr, “...para sermos contemporâneos do nosso tempo, é necessário um esforço de inteligência e de compreensão, para que possamos também superar a fragmentação existente hoje no universo do conhecimento”.

A segunda fase, ainda está em andamento, pois começou em setembro de 2011, e se estenderá até fevereiro de 2012. Ela compreender a coleta de dados primários nos estabelecimentos comerciais da cidade para a construção de uma série histórica do comportamento dos preços, tendo como fim maior o cálculo da inflação.

Nós utilizamos o livro Economia Brasileira Contemporânea – 7<sup>a</sup> edição - dos autores Gremaud, A. P. *et all* – Capítulo 5 – Inflação - da pagina 105 e 106 para distribuir os grupos e subgrupos relativos a coleta de dados para mensurar a inflação do município. A distribuição deu-se de forma aleatória, o qual cada membro do grupo foi solicitando o grupo e subgrupo que teria mais familiaridade e facilidade para coletar os dados. O quadro 1 demonstra como ficou a distribuição.

Quadro 1: Distribuição dos Grupos e Subgrupos que compõem a planilha de cálculo.

<b>MEMBROS</b>	<b>GRUPOS</b>	<b>SBGRUPOS</b>	
<b>Alessandro</b>	I - Habitação	1. Manutenção do domicílio	
		2. Aluguel	
		3. Serviços de comunicações	
<b>Caio</b>	II - Transportes	1. Veículos próprios	
		2. Transportes coletivos	
		3. Outras despesas com transportes	
	III – Desp. Pessoais	1. Fumo e bebidas	
		2. Recreação e cultura	
		3. Higiene e beleza	
		4. Serviços pessoais	
		5. Despesas diversas	
<b>Eric</b>	IV - Saúde	1. Contrato de assist. médica	
		2. Serv. Médicos e laboratoriais	
		3. Reméd. e produtos farmaceut.	
		4. Aparelhos corretivos	
	V - Vestuários	1. Roupa de mulher	
		2. Roupa de homem	
		3. Roupa de criança	
		4. Calçados e acess. de vestuário	
		5. Tecidos, lã e aviamento	
		6. Relógio, jóia e bijuterias	
	<b>Tiago</b>	VI - Educação	1. Ensino escolar
			2. Material escolar
3. Livros didáticos			
VII - Alimentação		1. Industrializados	
		2. Semi-elaborados	
		3. Produtos <i>in natura</i>	
		4. Alimentação fora do domicilio	
<b>FONTE:</b> Adaptado da FIPE			

Após a definição dos responsáveis em coletar os dados de cada Grupo e Subgrupo, procedeu-se a montagem da planilha de pesquisa de campo. Essa montagem foi realizada nas reuniões entre os integrantes da pesquisa. A planilha se encontra no Anexo 1.

Os dados foram coletados no 1º (primeiro) dia de setembro; no 1º dia de outubro e no 1º dia de novembro. Em posse dos dados, o grupo fez as tabulações e estamos procedendo ao cálculo.

Para elucidar sobre como é feito o cálculo da inflação no Brasil e sua importância, é interessante observar que há necessidade de construção de índices de preços para saber a variação conjunta de bens que são fisicamente diferentes, e/ ou variam a taxas diferentes. Para tanto utilizaremos como exemplo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Suponha que existam três bens, que sofrem uma variação em dois meses, representado no quadro 2.

Quadro 2: Exemplo de variação de preços e peso relativo.

Produto	Varição de preços no período (em %)	Peso relativo do produto
Carne	10 %	30 (0,3)
Arroz	10 %	60 (0,6)
Fósforo	100 %	10 (0,1)
Peso Total		100 (1,0)

**FONTE:** Gremaud, A. P. *et all* (2004, pg 119)

Os pesos relativos são de grande importância para o índice.

O IPC utilizará como base desses pesos uma pesquisa denominada de **Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)**, que busca determinar a importância relativa dos produtos no padrão de consumo das famílias. Além disso, outras questões aparecem,

como: Que famílias? Ricas ou Pobres? Que moram onde? Essas questões são as principais diferenças dos principais índices de preços.

$$\text{Média Aritmética Ponderada} = \frac{(0,1 \times 0,3) + (0,1 \times 0,6) + (1,00 \times 0,1)}{1(\sum \text{ pesos})}$$

$$= 0,03 + 0,06 + 0,1$$

$$= 0,19 \text{ ou } 19\%$$

A fórmula mais utilizada é o **índice de Laspeyres**, com pesos na época base, conforme apresentado abaixo:

$$Lp = \sum^n \frac{P_t^i}{P_o^i} \times w_o^i$$

Varição de preços ————— Participação relativa do bem *i* no total, na época-base

sendo:

$P_t^i$  = preço do bem ou serviço *i* na época “*t*”.

$P_o^i$  = preço do bem ou serviço *i* na época “*o*” (base).

$$w_o^i = \frac{P_o^i q_o^i}{\sum P_o^i q_o^i} = \frac{\text{gasto do consumidor com o bem “i”}}{\text{gasto do consumidor com todos os “n” bens}}$$

Esse exemplo revela que o cálculo da inflação depende de três componentes:

- a) **Variação de preços no período** (período de coleta dos preços; quais produtos devem entrar na amostra e região abrangida).
- b) **Importância relativa (peso) de cada bem** (época de pesquisa do padrão de consumo e classes de renda).

- c) **Fórmula de cálculo** (média aritmética, harmônica ou geométrica ponderada e peso dos bens).

Após demonstrado resumidamente a metodologia de cálculo, o grupo procurou distribuir as ponderações dos Grupos do ASEEX, para a continuidade do cálculo da inflação. O quadro 3 abaixo resume o comparativo, pois não foi possível realizar a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) para o Município de Extrema para descobrirmos, com exatidão, o padrão de consumo das famílias extremenses.

Quadro 3: Comparativo da ponderação entre o IPC e ASSEx.

GRUPOS	INDICE (Ponderação %)	
	IPC-FIPE/USP	ASEEX-NECSA/FAEX
I – Habitação	32,79	30,0
II – Alimentação	22,73	20,0
III – Transporte	16,03	15,0
IV – Despes. Pessoais	12,30	15,0
V – Saúde	7,08	10,0
VI – Vestuário	5,29	5,0
VII - Educação	3,78	5,0
<b>FONTE:</b> Adaptado da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)		

O grupo de pesquisadores do NECSA (Núcleo de Estudos em Ciências Sociais Aplicadas), pertencente à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FAEX) está trabalhando para concluir o trabalho, visto de dependermos da montagem do banco de dados primários, que está em fase de construção, para fecharmos parte dos trabalhos. Por isso, ainda não temos condição de apresentar nenhuma conclusão, mesmo que preliminar.

## 6. REFERÊNCIAS

- BASTOS FILHO, G. S. **Contabilizando a erosão do solo: um ajuste ambiental para o produto bruto agropecuário paulista**. Piracicaba, 1995. 127p. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1996.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: VOZES, em co-edição com UNIJUÍ - RS. 17ª. ed., 1997.
- CAMARGO, J. M. & GIAMBIAGI, F. (orgs.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CLEMENTE, A. **Economia regional e Urbana**. Ed. Atlas. São Paulo, 1994.
- CONTADOR, C. R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 3 Ed. SP, Atlas, 1997.
- EL SERAFY, S. & LUTZ, E. **Environmental and resource accounting: an overview**. In: AHMAD, Y. J. ; EL SERAFY, S. ; LUTZ, E., ed. Environmental accounting for sustainable development. 3ª ed. Washington: The World Bank, 1992.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, coordenação do Censo Agropecuário, 1970**. RJ: IBGE, 1995.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais - Municípios e Regiões 1985-1995**: Belo Horizonte, dez. 1996. 135p.
- \_\_\_\_\_. **Minas Gerais na formação sócio-econômica brasileira**. Centro de Estudos Econômicos e Regionais. BH, 1990. p. 1824.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil: estatísticas populacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, vol.56, 1996.

MILLER, R. L. **Microeconomia**. McGraw-Hill do Brasil, São Paulo, 1981.

MOLDAU, J. H. **Os agregados macroeconômicos em São Paulo**. In: NORZOE, N. ; coordenador, contabilização econômica do meio ambiente: elementos metodológicos e ensaio de aplicação no Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992. (Séries seminários e debates).

MUELLER, C. C. **A dimensão ambiental no sistema de contas nacionais**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991. (Textos para discussão, n°47).

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo, CEBRAP: Brasiliense, 1977.

STAHEL, A. W. **Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis**. In: CAVALCANTI, C. (org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.